

Soldado da PM mata estudante

Um estudante de 17 anos, foi morto com um tiro na cabeça pelo soldado Carlos Magno de Castro, do 23º Batalhão (Leblon), ao passar pela esquina da Avenida General San Martin, Leblon, na cidade de Aracaju. O soldado alegou que o estudante estava roubando um veículo. O fato ocorreu no domingo, 25 de março, às 18h30. O estudante não foi identificado. O veículo não estava sendo usado. Como não obteve sucesso em identificar o veículo, o soldado disparou um tiro na direção da moto, matando a vítima.



Com o bloqueio das aplicações financeiras, sobram carros nas lojas e faltam clientes.

Queda na venda de carros zero superior a 90%.

Até antes do anúncio das medidas econômicas do presidente Fernando Collor de Mello, comprar um carro zero quilômetro era uma operação difícil e que só conseguia ser concretizada mediante o pagamento do ágio. Agora a situação se inverteu: sobram carros nas concessionárias e faltam compradores.

Segundo estimativas dos próprios revendedores, a comercialização de veículos novos em Aracaju caiu em mais de 90 por cento. Na semana passada poucas foram as agências que conseguiram fechar negócios. É que com a limitação de saques nas aplicações financeiras e até nas contas correntes, a população ficou sem recursos suficientes para comprar bens mais caros, como carros e imóveis.

Mas os revendedores admitem que a retração nas vendas é temporária e estão convictos que nos próximos 60 dias a situação será normalizada, inclusive com a volta dos financiamentos a longo prazo.

(Página 2).

Postos diminuem vendas devido o plano econômico

As vendas de combustíveis caíram sensivelmente no último final de semana, em Aracaju. Nenhuma explicação para o fato foi fornecida pelos gerentes de postos de abastecimentos, apenas registrou-se uma tendência entre os mesmos, em creditar esse esvaziamento de usuários ao plano econômico implantado recentemente pelo presidente Fernando Collor. Mas houve quem afirmasse se tratar de uma espécie de contenção de despesas, em função do último aumento nos preços dos combustíveis. Pois como se sabe o litro da gasolina está custando Cr\$ 38,00, desde o dia 16 próximo passado. Para o gerente do Posto Aracaju, Hélio Martins, as vendas caíram em torno de 30 por cento, mas que no momento não sabe como avaliar essa defasagem nas vendas, entretanto, já no final desta semana acredita que disporá de elementos para fazer uma análise concreta da situação. A falta de dinheiro está provocando também a queda no movimento no Terminal Rodoviário.

(Páginas 3 e 5).

Operador é assassinado

Operador de máquina de lavar, foi assassinado por seu cunhado Carlos dos Santos Silva, no último sábado, a vítima sofreu uma acirrada discussão envolvendo família. A vítima foi atingido no bairro Industrial, chegou a ser socorrido por populares, mas não sobreviveu aos ferimentos. O crime ocorreu no local do crime, no bairro Industrial, na direção do local conhecido como Manoel. Nesse último final de semana registrou-se um suicídio e um homicídio, além de tentativas de morte e prisão por agressões.

(Página 7).

Operação monetária vai render

Os saldos remanescentes em cadernetas de poupança abertas no plano de estabilização econômica terão uma rentabilidade monetária em março, que deve ultrapassar os 80%.

A informação foi dada pelo diretor de operações da Caixa Central, Gustavo de Almeida. Ele explicou que os saldos remanescentes em cadernetas de poupança abertas no plano de estabilização econômica terão uma rentabilidade monetária em março, que deve ultrapassar os 80%.

Collor recua e troca medidas provisórias por projeto de lei



O presidente Collor de Mello concede hoje a primeira coletiva após a posse, para anunciar a retirada de suas medidas provisórias.

Denúncias contra prefeitos vão ser apuradas a partir de hoje

Toda a contabilidade das Prefeituras dos 74 municípios sergipianos, e especialmente a parte de movimentação bancária referente ao exercício de 1989 e até 15 de março deste ano, será objeto de rigorosa fiscalização por parte dos auditores do Tribunal de Contas. A operação especial determinada pelo presidente Carlos

Alberto Sobral, será iniciada hoje e objetiva detectar as denúncias de que dezenas de prefeitos municipais estavam desviando recursos públicos para aplicação no mercado financeiro em suas contas particulares.

Diante do interesse que tem demonstrado a sociedade pela apuração das denúncias

veiculadas pela imprensa contra os administradores municipais, o conselheiro Carlos Alberto Sobral, concedeu ontem entrevista coletiva e anunciou o início da operação. Apesar de ter seu início confirmado para hoje, sabe-se que desde ontem os auditores do Tribunal de Contas já visitaram algumas prefeituras. (Página 03).

Num recuo, classificado pelo seu porta-voz, como "um ato de respeito a Constituição e a Democracia", o presidente Fernando Collor de Mello decidiu ontem retirar as medidas provisórias 153 e 156, que definem respectivamente, os crimes de abuso ao poder econômico e os crimes contra a fazenda, estabelecendo penalidades - até a prisão - para aqueles que descumprirem o congelamento de preços e para os sonegadores de impostos. As duas medidas provisórias vão ser substituídas por projeto de lei que deverão ser anunciados hoje, pelo presidente da República, em entrevista coletiva que concederá a imprensa.

A nova posição do presidente Fernando Collor de Mello foi adotada após seguidas reuniões que aconteceram ontem, com a participação do ministro da Justiça Bernardo Cabral. A primeira reunião aconteceu pela manhã, no Ministério da Justiça e participaram, também a mi-

nistra Zélia Cardoso de Mello, o Procurador Geral da República, Aristides Junqueira, o Consultor Geral da República, Célio Silva e o delegado Romeu Tuma. À tarde, Bernardo Cabral continuou tratando do assunto e manteve reuniões com lideranças políticas, entre elas, o líder do PSDB na Câmara, Euclides Scalco que classificou as prisões efetuadas como base nas medidas provisórias como exageradas.

A primeira reação formal as medidas e que terminou motivando o recuo do presidente Collor de Mello, foi o pedido de inconstitucionalidade das mesmas apresentado ao Supremo Tribunal Federal pelo Procurador Geral da República, Aristides Junqueira. A liminar deveria ser julgada amanhã pelo Supremo e era bem provável que seria concedida, o que terminaria suspendendo os efeitos das medidas estabelecidas nas duas medidas provisórias.

(Página 06).

Albano volta a conversar sobre projeto potássio

O presidente Fernando Collor de Mello voltou ontem a assegurar que a exploração do potássio de Sergipe não sofrerá solução de continuidade com a extinção da Petromisa. A confirmação foi feita pelo presidente da República ao senador Albano Franco, presidente da Confederação Nacional da Indústria, durante audiência no Palácio do Planalto. Ontem na Assembleia Legislativa o deputado Marcelo Deda, líder do Partido dos Trabalhadores, disse que se o presidente não alterar a medida provisória, a Petromisa será liquidada imediatamente. (Página 3).



Albano: potássio confirmado.

Editorial

Gustavo Berroso dizia, décadas atrás, que o Brasil era uma colônia de banqueiros. Hoje, embora pudesse ser, a sua apreciação, ou grande reação, na última pré-cé, no entanto, mudou, pois, todas as vezes que o País entra em maior perigo do que a da histórica, os bancos variavelmente. (Página 04).

Empresários

Brasília - Os 14 empresários que participaram da reunião de ontem com o ministro da Economia, Zélia Cardoso de Mello, deixaram Brasília sem uma resposta aos problemas que enfrentam nos dez primeiros dias de implantação do Plano Collor. Os empresários tinham basicamente duas reivindicações: queriam a liberação de cruzeiros para pagamento

Informe

Não é verdade que o acordo entre Albano Franco e João Alves Filho já esteja firmado. O governador Antônio Carlos Valadares (foto), bem que tentou, e continua tentando, mas não houve nem a conversa entre os dois. Albano disse a Valadares, que era candidato ao Governo do Estado, e que João Alves, também diz que é, portanto, não há o que conversar. (Página 04).



Posse

Em solenidade que vai acontecer hoje, a partir das 11 horas, na própria Secretaria, o ex-governador João de Siqueira Dória (foto), será novamente empossado no cargo de secretário dos Transportes, Obras Públicas e Energia. Em 1988 ele ocupou a mesma Secretaria, como parte do acordo entre o PFL e o PMDB para a sucessão municipal em Aracaju.

Tempo

Segundo as previsões do Departamento Nacional de Meteorologia do Ministério da Agricultura o tempo hoje nos Estados da região Nordeste deverá ser parcialmente nublado a nuublado, com pancadas de chuvas. O Departamento prevê também que a temperatura máxima hoje em Aracaju deverá ficar em torno de 30,7 graus enquanto que a mínima 23,3 graus

Novelas

Saiba o que vai acontecer nos capítulos de hoje de suas novelas preferidas. Genê Fina - Maurício marca o seu casamento para dentro de quatro meses. Top Model - Alex instrui Grilo para fingir que assalta sua loja e mata Maria na confusão. Tista - Perpétua vê o assassino da Mirka deixando a Prefeitura e depois leva o padre e Cesar até lá. (Página 03 - 2º Caderno).

Vestibular: Reitor é contra a extinção

Terminal Rodoviário diminuiu o movimento em cerca de 20%.

A decorrência do Plano Brasil Novo, presidente Fernando Collor de Mello, em torno de 20 por cento o movimento do Terminal Rodoviário Governador José de Góes Monteiro Leite nos últimos dias. Foi o informador o supervisor do Terminal, Raimundo Chavier, ao ser entrevistado a tarde pela reportagem da GAZETA DE SERGIPE.

Chavier disse que logo que foi anunciado o plano econômico do governo caiu o número de passageiros no terminal, a exemplo das demais Rodoviárias. Revelou que, o povo brasileiro não tem dinheiro para comprar uma passagem, pois os cruzeiros que têm é para alimentação, escola, aluguel, despesas públicas, condução e pagar o que se segue, afirmou que o reajuste de tarifas interestadual em 69 por cento municipal em 80 por cento poucos efeitos das medidas econômicas do presidente Fernando Collor também significativamente para que diminua o movimento no Terminal Rodoviário. Ressaltou que, a queda foi maior para as pessoas que viajam para outras cidades fora do Estado.

De ter caído o movimento o supervisor do Terminal informou que os ônibus municipais continuam saindo no horário. Explicou que, não houve prejuízos pelas empresas com o objetivo de evitar prejuízos, tendo em vista que alguns ônibus que não saem para o local destinado.

Chavier disse que o movimento se normalizará em alguns dias, visto que as



As pessoas já estarão com seus salários no bolso e, por conseguinte, já conseguiram retirar seus cruzeiros que não estavam sendo liberados pelas agências bancárias da capital sergipana e demais cidades do País.

Hoje uma passagem para Salvador, a capital mais procurada dos sergipanos, está custando quatrocentos e setenta e oito cruzeiros novos. Para Maceió, que também é bastante procurada, está valendo quatrocentos e quarenta e cinco cruzeiros. Assim, quem quiser passar o final de semana nessas duas cidades terão que desembolsar somente com passagens de ida e volta a importância de um mil cruzeiros, que hoje com o plano econômico representa uma grande importância para grande parte dos brasileiros.

SUNAB e PF realizam "blitz" no comércio

Após uma semana de fiscalização intensiva nos estabelecimentos da capital sergipana a Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab) - que vem fazendo blitz juntamente com a Polícia Federal diariamente - já constatou dois autos de infração conforme informações prestadas pela delegada em exercício do órgão, Heloisa Aquino.

De acordo com a delegada em exercício, desses dois autos de infração um foi registrado num supermercado e o outro em um carro de lanche (trailler). Heloisa que preferiu não revelar o nome desses dois estabelecimentos, afirmou que, eles foram autuados pelos fiscais do órgão por estarem comercializando seus produtos acima do preço tabelado pela Sunab.

Prosseguindo revelou que os dois infratores autuados, por lei, direito a contestar a autuação dentro de um prazo de dez dias por conseguinte, é analisada pela Procuradoria da Sunab. "Se realmente ficar

constatado que ocorreu uma majoração de preços a Superintendência Nacional de Abastecimento aplicará uma multa no especulador que varia de 500 a 200 mil Bônus do Tesouro Nacional (BTN). Afirmou, acrescentando que o valor da multa será aplicada de acordo com o tamanho do estabelecimento.

Até a tarde de ontem os fiscais da Sunab não haviam constatado nenhuma infração nos municípios sergipanos que estão sendo fiscalizados desde a última quinta-feira, revelou Heloisa Aquino ao ressaltar pouco lesando o consumidor.

Finalizando, Heloisa disse que a Sunab continuará fiscalizando, diariamente os estabelecimentos comerciais de todos os municípios sergipanos. Ressaltou ainda que, o consumidor que se sentir lesado deve procurar o órgão - se for na capital - ou a delegacia de polícia - se for no interior - e fazer a denúncia para que possa ser constatado o flagrante."

Apesar de achar que o Concurso Vestibular não é o processo ideal de seleção, tendo em vista o fato de não avaliar a potencialidade do estudante, o reitor em exercício da Universidade Federal de Sergipe, Luiz Hermínio, afirmou está preocupado com o anúncio feito pelo ministro da Educação, Carlos Chiarelli de poder vir a acabar com o vestibular.

De acordo com Hermínio, que acredita ser prematura a sua extinção, o vestibular é necessário na atual conjuntura do país, pois tem demanda grande para o ensino superior que não oferece outra opção para o estudante prosseguir o seu estudo a não ser ingressar na faculdade. E isso gera uma pressão grande nas instituições em face da pouca disponibilidade de vagas que passa a requerer processo seletivo para a escolha dos melhores alunos que deverão ingressar na Universidade.

Na opinião do reitor em exercício, para acabar com o vestibular teria que substituir a análise da performance do aluno ao longo do segundo grau, e isso, requereria um controle rigoroso da eficiência do processo educativo da escola e da avaliação que seriam usados. "Uma vez instalado esse tipo

de processo, criado outro mecanismo para os alunos que não tiveram boas notas e um curso de pequena duração, poderia se pensar na substituição do vestibular".

Por todas essas razões Hermínio revelou entender que a idéia de extinção do Concurso Vestibular não é oportuna. Para ele, ela somente terá sucesso se for amadurecida para ser implantada a longo prazo, quando seria mudado a estrutura educacional, a revisão da qualidade e o processo de ensino, de modo a que as Universidades tivessem capacidade para acolher os alunos que durante o segundo grau obtiveram a média necessária para ingressar na Faculdade e o curso fosse fiscalizado para que nenhum aluno fosse "protegido" pelos diretores de estabelecimentos de ensino.

Concluindo, o reitor em exercício da UFS informou que nesta semana o Conselho de Reitores da Universidade Brasileira se reunirá com o ministro Carlos Chiarelli objetivando discutir o plano econômico do presidente Fernando Collor de Mello no que diz respeito as universidades e as medidas que atinjam o curso superior. Como integrante do Conselho, o reitor Clodoaldo Alencar, estará presente à reunião.

Cartão de crédito volta a ter crédito nas boutiques

O cartão de crédito - antes sem nenhum valor - volta a ser aceito nos estabelecimentos comerciais da capital sergipana depois das medidas econômicas do presidente Fernando Collor de Mello, que deixou a população brasileira - pobre ou rico - sem cruzeiros no bolso, em decorrência do limite de saques em caderneta de poupança e demais operações financeiras.

Agora, a maioria dos restaurantes, hotéis, supermercados, boutiques, agências de viagem, lojas estão aceitando todos os tipos de cartões de crédito objetivando vender seus produtos. O mais importante é que os comerciantes não estão cobrando juros de até 100 por cento como era feito antes do Plano Brasil Novo, descaracterizando, assim, o cartão e inviabilizando a compra por esse sistema.

Os consumidores que tem cartão de crédito nunca foram tão bem recebidos pelos comerciantes como estão sendo agora, afirmou Bernadete Ferreira, ao acrescentar que, na última sexta-feira comprou um televisor colorido pelo cartão. Revelou que, esse mesmo televisor custava antes do plano econômico 46 mil cruzados novos a vista e ontem o havia comprado por 25 mil cruzeiros para 45 dias, sem juros. Disse ainda que, se tivesse comprado o seu Tv

há alguns dias pelo cartão teria que pagar juros de 100 por cento, saindo, com isso, o produto por 92 mil cruzados novos (antigos).

O eletricitário Manoel Santiago, revelou que, o cartão de crédito hoje está valorizado. Ressaltou ainda sempre ter considerado absurdo o fato de proprietários de estabelecimentos comerciais cobrarem juros altos para a compra pelo cartão e, até mesmo preferirem nem aceitá-los forçados assim, o consumidor a comprar à vista.

"Agora, com o Plano Brasil Novo, tudo está voltando ao normal, tendo em vista que está acabando o capitalismo selvagem em que estávamos vivendo", finalizou.

Apesar de não estarem satisfeitos de somente poder retirarem 50 mil cruzeiros da caderneta de poupança ou 25 por mil cruzeiros ou 20 por cento do Overnight, conta remunerada, fundo a curto prazo e demais aplicações, os entrevistados revelaram que torcem para que o Plano Collor dê certo. No entendimento deles, a partir de agora as mercadorias vão baixar mais ainda de preço, os juros cairão e os cartões voltarão a ser aceitos da foram como foi criada, ou seja, para pagar mercadorias com 45 dias e sem juros. Ajustando a economia, nós recuperaremos o poder de compra, disseram.

Os moradores do Marcos Freire contra aumento das prestações

Os moradores do Conjunto Marcos Freire, localizado no município de Nossa Senhora do Socorro, estão revoltados com os aumentos mensais da prestação da casa própria autorizados pelo Governo Federal. Segundo os denunciantes, as majorações são sempre acima da inflação.

Os denunciantes revelaram que quando foram no banco ontem pagar a prestação ficaram surpreendidos mais ainda com o valor da prestação de março. Assim, disseram que, uma casa de dois quartos, que no mês de fevereiro tinha prestação de 583,65 - neste mês estava valendo CR\$ 1.080,45.

O auxiliar de escritório, Mário Jorge Souza Tavares, residente no Conjunto há um ano, foi um dos que afirmou ter ficado indignado com o valor da prestação da sua casa que neste mês de março é de CR\$ 1.080,45. Revelou que, com esse valor somente as pessoas de melhor poder aquisitivo é que poderão morar no Marcos Freire, que quando foi construído tinha a finalidade de abrigar a comunidade menos afortunada pela sorte.

"Se o governador Antonio Carlos Valadares continuar aumentando as prestações sempre acima da inflação e em torno de 100 por cento os moradores do Conjunto Marcos Freire não terão mais con-

dições de continuar pagando, tendo em vista que a maioria dos que residem naquele núcleo residencial são pedreiros, lavadeiras, pintores e assalariados", disse o auxiliar de escritório, que reside na rua 30, nº 05.

A lavadeira Rute Maria dos Santos, também residente no Marcos Freire na rua 1, revelou que já não está mais tendo condições de pagar a prestação da sua casa própria conseguida com tanto sacrifício. Ressaltou que está pagando CR\$ 790,00 por uma casa de um quarto e que no mês passado havia pago CR\$ 430,00.

Os denunciantes afirmaram que até se dirigiram a Superintendência Nacional de Abastecimento de Sergipe (Sunab) objetivando denunciar os aumentos da inflação dados, pelo governador Valadares. Entretanto, decepcionados, informaram que a delegada da Sunab disse que não cabia ao órgão fiscalizar preços autorizados pelo Governo do Estado.

Com isso em decorrência de não haver condições de controle de valor da prestação os denunciantes afirmaram que somente cabiam a eles denunciar o fato a imprensa para que torne público as majorações abusivas e o governador se sensibilize e não autorize mais aumentos elevados

Colônia Treze em Lagarto terá hoje nova central telefônica

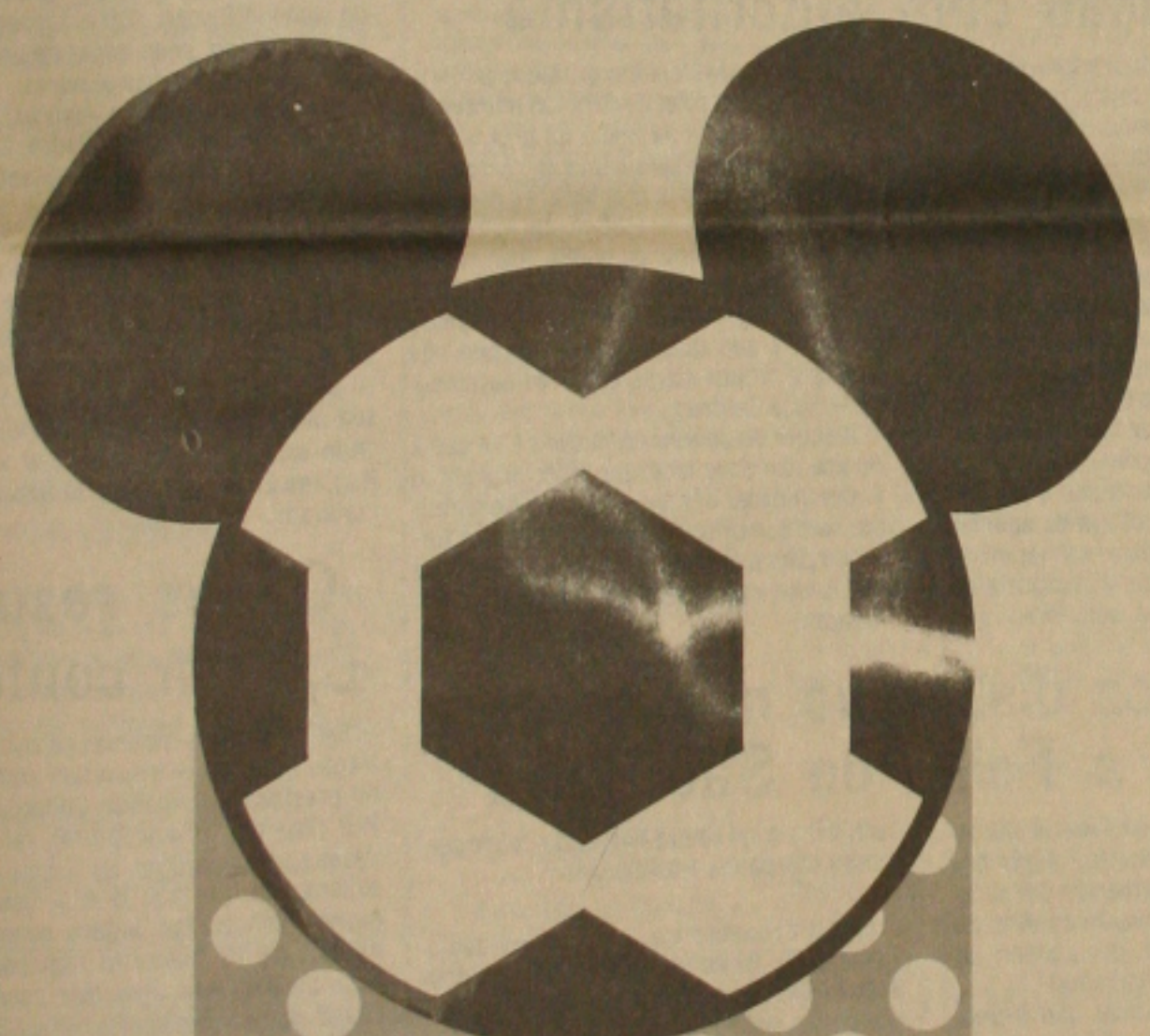
A partir de hoje, dia 27, a comunidade do povoado Colônia Treze, localizado no município de Lagarto poderá contar com os serviços de um central telefônica, que será inaugurada às 17hs. Com esta implantação o município completa oito localidades atendidas pela Telergipe.

Em Lagarto já há postos de serviços nos povoados de Açuzinho, Fazenda Grande Baixo, Jenipapo, Olhos D'Água Pratas Santo Antonio, Varzea dos Cágados além de um na Colônia Treze que também será entregue a população após ter passado

por uma ampla reforma.

A reforma do posto de serviço da Colônia Treze foi realizada pela Prefeitura de Lagarto, que também construiu o prédio no qual está instalada a central telefônica. O investimento da Telergipe para a implantação do sistema está orçado em aproximadamente 17 milhões de cruzeiros.

Na solenidade de inauguração da central telefônica da Colônia Treze, que tem capacidade para 64 terminais estarão presentes o presidente da Telergipe Antonio Manoel de Carvalho Dantas; o governador do Estado; autoridades estaduais e municipais



**SUA
NOTA FISCAL
LEVA VOCÊ A
DISNEYWORLD
E À COPA
DO MUNDO.**

**AGORA,
SUA CHANCE
É DUPLA!**

**2.000 CRUZEIROS EM
NOTAS FISCAIS VALEM
UM CUPOM AZUL PARA
VOCÊ IR À COPA DO
MUNDO.**

**4.000 CRUZEIROS EM
TIQUETES VALEM UM
CUPOM VERMELHO PARA
VOCÊ IR A DISNEYWORLD.**

ICMS Especial vai
trazer para você a
Keyworld ou à Copa
do Mundo.
pedir a nota fiscal
em cada compra,
pra trocar por
ins azuis ou
vermelhos,
e, posteriormente,
guardar os sorteios.
atenção: só valem
a troca as notas
fiscais e os tiquetes
dos a partir de 1º de
março de 1989.
ao lado o
ma de troca. Depois
de fazer uma boa
sorte! Boa sorte!



**GOVERNO DO
NOVO SERGIPE**
SECRETARIA DE ESTADO
DE ECONOMIA E FINANÇAS

Extinção da Petromisa: Inconstitucionalidade

Ayres Britto

O Chefe do Poder Executivo Federal decidiu-se pela extinção da empresa estatal Petrobrás Mineração S.A - Petromisa - e, para tanto, já expediu a medida provisória de nº 151, datada de 15 de março do fluente ano. Como fundamento jurídico de decisão, foi citado o artigo 62 da Constituição Federal, cuja dicção é a seguinte: "Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional, que, estando em recesso, será convocado extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco dias. Parágrafo único. As medidas provisórias perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de trinta dias, a partir de sua publicação, devendo o Congresso Nacional disciplinar as relações jurídicas delas decorrentes".

2. Bem, atento à natureza jurídica da medida provisória, assim como a fato de que a Lei nº 151 não contém a menor justificativa, não revela nem no seu preâmbulo, nem na sua emenda, nem no seu corpo os fatos sobre os quais o Presidente da República formulou o seu juízo pessoal de relevância e de urgência, o estudiosos do Direito Constitucional brasileiro chega à fácil conclusão de que o ato presidencial briga feio com a Lei Fundamental da Federação. Pelo menos três razões constitucionais refutam a lógica da medida provisória em foco e tal incompatibilidade tanto pode ser alegada perante o Congresso Nacional quanto ante o Poder Judiciário.

3. Realmente, o primeiro vício do ato governamental é de logo perceptível, pela sua falta de motivação. É dizer, o autor da medida provisória tinha a indeclinável obrigação de mencionar o estado-de-coisas que na sua avaliação objetiva significava uma ordem existível e inadiável de dissolução da Petromisa. Tal motivação, presente no ato legislativo provisório, é que permitiria ao Poder Legislativo uma nova apreciação quanto aos requisitos da urgência e da relevância, de forma coincidente ou não com o juízo anterior do Chefe do Poder Executivo. Mais ainda, a revelação dos motivos da medida 151 possibilitaria a qualificação do povo uma avaliação próxima, pois o certo é que qualquer povo tem o direito e o dever de conhecer a autenticidade e transparência para a conduta governamental.

4. Quando a Constituição diz que a relevância e a urgência de caso autorizam a expedição de medida provisória, não está liberando o Presidente da República de apresentar o caso e demonstrar em proporção ele se apresenta urgente e relevante para a empresa estatal. Ao contrário, quando constitucional é no sentido de explicitação de tudo, pois senão a relevância e a urgência estariam unicamente onde deveriam estar: nas dobras psicológicas da vontade do príncipe numa zona subjetiva de mistério que em todos os tempos tem a mais deplorável expressão arbitrio. Vale dizer, os dois supostos constitucionais de

prolação de uma medida provisória gravitariam fora da realidade física e social, inteiramente descolados dos fatos e, portanto, insubmissos a controle social, parlamentar, ou jurisdicional. Negação completa de uma Constituição que logo no seu primeiro artigo proclama ser o Brasil uma República Federativa que se constitui em "Estado Democrático de Direito".

5. A segunda doença jurídica mortal de que padece a medida provisória 151 é que ela dá por suposta (não o declara, como visto) uma urgência e uma relevância que os fatos peremptoriamente desconfirmam. O que existe, em verdade, é uma relevância no sentido da preservação da empresa e uma urgência quanto à ultimate das etapas préfixadas para o seu pleno funcionamento. Tal realidade é o que interessa para a Constituição, cuja lógica prescritiva é simples: um certo estado-de-coisas deve ser eliminado ou combatido por uma medida provisória, se ele transita pela contramão dos princípios mais prestigiados pela Magna Carta, de forma perigosa à sobrevivência desses princípios. Ou, por outra: um certo estado-de-coisas deve ser promovido ou então protegido por uma medida provisória, se ele tem o condão de possibilitar decisivamente a criação dos valores constitucionais mais altos.

6. Percebemos, por conseguinte, que os valores mais expressivamente agasalhados na Constituição é que servirão de termômetro para se "medir" um fato como urgente e relevante. No caso em pauta, se afirmamos que os dados reais dão um desmentido categórico à inspiração da medida 151, é porque as características centrais da Petromisa apontam na mesma direção daqueles valores mais caros à Carta de Outubro. Encaixam-se como peças de uma mesma engrenagem. É só fazermos uma correlação a entre aquilo que singulariza a materialidade da indústria e os princípios de maior envergadura constitucional, como, por exemplo: a) a inserção estratégica da empresa no eixo químico e petroquímico do Nordeste e o "objetivo fundamental da redução das desigualdades regionais" (art. 3º, III, e art. 170, VII); b) a existência de unidade produtiva similar em todo o hemisfério sul e a prevalência da "soberania nacional", enquanto princípio fundante da ordem econômica (art. 170, I); c) a geração de 1.200 empregos diretos e mais de 6.000 indiretos e o princípio da "busca do pleno emprego" (art. 170, VIII), também normas constitucionais sobre a ordem econômica; d) a origem exclusivamente nacional do capital da empresa e o "tratamento preferencial à empresa brasileira de capital nacional", para o efeito de aquisição de bens e serviços (art. 171, § 2º); e) a vizinhança entre a mina de potássio e toda a área de lavra de petróleo da bacia de Carmópolis, já reconhecida por lei federal como zona única de monopólio da União, o que mais uma vez confirma o princípio da "soberania nacional" e de modo mais imediato "os imperativos da seguran-



ça nacional e do relevante interesse coletivo", enquanto pressupostos de atuação direta do Poder Público no domínio econômico (art. 173, "caput"); g) enfim, o vínculo funcional inapartável entre a produção dos insumos da indústria e a viabilidade econômica tanto do mencionado polo cloroquímico quanto do porto marítimo de um Estado pobre como Sergipe, a operar como exigência de "bem-estar e justiça sociais" (art. 193) e meio de "redução das desigualdades sociais" que tanto anavilham o rosto do País (art. 3º, III). Tudo isso de verificação objetiva, em bases técnicas, e por isso mesmo cobrável até diante dos órgãos que compõem a Justiça brasileira.

7. Finalmente, o terceiro dos defeitos jurídicos da medida 151 esta na inadequação entre o ato legislativo em si mesmo e a dissolução de uma empresa estatal. Noutros termos, a medida em foco incidiu sobre campo de regulação que lhe é proibido. Extinguir ou iniciar os atos de extinção de uma economia mista implica a geração de atos definitivos, ou, quando menos, insuscetíveis de recomposição financeira cabal, e isto é incompatível com a natureza jurídica de uma medida que é, por definição, provisória; quer dizer, um veículo formal de deliberação estatal ainda precária, não-definitiva, por que condicionada à rejeição ou aprovação do Congresso. Mais

precisamente, o nome constitucional "medidas provisórias" significa não apenas que o ato presidencial necessita de confirmação do Poder Legislativo, para continuar a produzir efeitos, mas que poderá perder todos os efeitos já iniciados.

8. O que intentamos passar para o papel é a idéia óbvia de que toda medida provisória pode deflagrar de logo os efeitos a que visa — é verdade —, mas sem escapar de um controle parlamentar apto a desfazê-la desde a origem. Dai prestar-se apenas para a tomada de decisões suscetíveis de reversão, de retorno dos fatos por ela regulados à situação anterior; ou que no mínimo comportem, tais fatos, a reparabilidade dos efeitos nocivos que por acaso hajam provocado. Se tal não fosse, o ato provisório já não seria provisório, mas definitivo. Geraria um tipo de irretratabilidade que outra coisa não seria senão a impossibilidade de o Congresso dar a última palavra sobre o assunto. A "opção do Legislativo seria "aprovar ou aprovar", que sinaliza não propriamente uma opção, mas uma indistarcável compulsão. Modo intolerável, portanto, de o Poder Executivo usurpar a função legislativa, tomando lei por inteiro um ato que a Magna Carta qualificou de lei pela metade.

9. Ora, em matéria de dissolução de uma empresa estatal como a Petromisa, a simples edição

da respectiva medida provisória já autoriza o Poder Executivo a baixar os atos consequentes. Em menos de trinta dias tudo pode estar consumado e o "não" do Congresso perde sua condição de factibilidade. E mesmo que a liquidação não se encontre ultimada, no citado prazo, já estarão produzidos certos fatos tão definitivos quanto de impossível reparação. É só imaginarmos as situações de "quebra" na produção industrial; perda de negócios em vias de conclusão; interrupção de pesquisas tecnológicas; desvalorização do patrimônio e das ações respectivas, inclusive as ações da empresa que detém o seu controle, que é Petrobrás; desistência de implantação de empresas que tinham na permanência da Petromisa a sua própria condição de viabilidade; realocação de empreendimentos; traumas psicológicos nos trabalhadores e seus familiares etc etc.

Conclusão: a medida provisória 151/90 é multiplamente inconstitucional e rende ensejo a que o Poder Legislativo a desaprove, só por isso, sem necessidade de reavaliação do seu conteúdo. E assim como os vícios de forma são múltiplos, muitas são as ações judiciais para o reconhecimento da invalidade do ato presidencial. Entre elas, a ação direta de inconstitucionalidade, a ação declaratória, a ação popular e a ação cautelar inominada.

Carlos Ayres Britto

CALÇADÃO

Ontem a maioria dos comentários registrados no calçadão da João Pessoa, eram na sua maioria a respeito da Prefeitura Municipal de Aracaju, inclusive com análises de alguns secretários e outros chamados de secretariáveis. Os comentários eram os mais homogêneos possíveis, e, muitos deles chegavam até pontos que nunca deveriam chegar. Também os vereadores de Aracaju, foram vítimas dos comentaristas da João Pessoa. Ontem só mesmo os deputados estaduais escaparam.



CIRCO

O vereador Mendonça Prado, ocupou ontem a tarde a tribuna da Câmara de Vereadores, para mais uma vez cobrar o paradeiro do Circo da Cultura, pois no seu entendimento já se faz necessário que a Secretaria de Cultura dê conhecimento sobre o inquérito administrativo que foi instaurado para se conhecer o destino daquele patrimônio municipal.

O vereador Mendonça Prado, na sua fala, foi apartado pelo edil Jorge Araújo, que depois de um relato sucinto, disse ser muito estranho que a Secretaria de Cultura não saiba ainda qual foi o destino dado ao Circo da Cultura.

BIBLIOTECAS

A Assembléia Legislativa aprovou projeto de lei de autoria do deputado Marcelo Déda, dispondo sobre a obrigatoriedade de construção e manutenção de bibliotecas e a contratação de bibliotecários em estabelecimentos de ensino pertencentes à rede estadual e também instituindo o depósito legal em favor da Biblioteca Estadual.



MEDALHA

No próximo dia 9 de abril, dia que comemora o seu aniversário natalício, o sr. Ovídio Teixeira irá receber a Medalha do Mérito Parlamentar, às 17 horas em sessão solene.

PLENÁRIO

Sem renovação, não há democracia

Os partidos políticos estão realizando suas convenções municipais, renovando diretórios e se preparando para as eleições estaduais e em alguns casos, com a criação dos futuros municípios, para os pleitos que irão eleger novos prefeitos e vereadores. A democracia se consolida pela renovação sem que haja exclusão dos mais experientes, que não precisam ficar em postos chaves, mas podem continuar ajudando os partidos. Infelizmente, no Brasil, poucos são aqueles que não têm validade e se conformam em passar o poder para os outros.

Esse pecado continuará sendo cometido pelos partidos, visto que alguns acreditam ser seus donos e não querem "perder" o controle da situação. Quando isso acontece, num ato de "rebelia" abandonam as siglas, partem para outras. Existem exceções, pois há o caso de incompatibilidade congênita e isto tem que ser ressaltado.

Engraçado, pois quando havia o bipartidarismo muita gente levantava a voz contra, porque achava que era uma maneira de alguns grupos se perpetuarem no poder. Voto o pluripartidarismo e este discurso foi por água abaixo, visto que os mesmos que criticavam a eternidade no poder, hoje lutam por ela, visto que acham ter tudo para dar progresso as siglas. E os outros não tinham?

A vaidade do ser humano, quando é transportada para o campo da atividade profissional, só atrapalha a democracia. Disto isto, acho que está na hora de haver uma reflexão dos "donos" de partidos, que está na hora de haver renovação de verdade e que a discriminação as pessoas só podem atrapalhar o processo democrático.

A esquerda com seu puritanismo, nem todos são, costuma discriminar e rotular fulano ou beltrano de direita ou conservador, ou até de radical, ultradireitista. É um direito, pois a democracia permite que cada um pense o que quer e expresse, mas não pode cercar o direito dos outros se expressarem, ou até mesmo a defesa. Mas assim não está acontecendo e quem perde é a população, pois deixa de ter um programa competente para lutar por seus ideais, visto que a divisão deixa de congrega projetos essenciais para o avanço social.

A direita, de acordo com rotulação da esquerda, tem a capacidade de se aglutinar e com isso consegue se eleger com o discurso **maquiado**. Essa capacidade está faltando ao outro extremo e nem mesmo os exemplos de eleições passadas servem para mostrar o caminho.

Toda experiência é válida e deveriam começar os partidos de esquerda se renovando pelos diretórios, convocando lideranças emergentes para assumirem o poder na agremiações e ficando as mais experientes como pontos de apoio, para os momentos mais difíceis. No entanto, isso fica difícil de ser entabulado, porque a vaidade humana supera a própria razão.

Com isso, se perde valores e que poderiam em muito engrandecer os partidos políticos de hoje. Da mesma forma como já se conhece os velhos métodos da **direita**, já sabemos de cor e saltado os que são utilizados pela esquerda. O discurso velho e de oposição é fácil de ser dito, mas logo se perde no espaço.

Um povo com fome se engana por pouco tempo, não importando se o poder é centralizado por um lado ou outro. Mas se existe a esperança de melhoria, mesmo que esta demore, o povo sabe esperar. Sei que o Brasil vai demorar muito para ter uma consciência política avançada e que os vícios antigos da troca de benesses por votos não serão esquecidos em tão pouco tempo. Isso também demonstra que há necessidade de renovação das lideranças, forçadas no calor das discussões e no corpo-a-corpo das eleições. Portanto, fica apenas o alerta para os novos partidos, mesmo que com velhas caras: sem renovação, não haverá a plena democracia. Pensem, reflitam e passem a discutir mais com novos valores, saindo do círculo vicioso, mudando apenas as pedras de alguns pontos, abram para as novas lideranças, testem pessoas com novos ideais e o resultado, no mínimo, será válido como experiência. Isso vale para qualquer corrente ideológica. (Cláudio Messias - Provisório).

SEMPRE VIAJANDO

O engenheiro Sadi Paulo, que recentemente foi empossado como titular da Secretaria de Serviços Urbanos - isto oficialmente - e Secretaria do Lixo, popularmente, é um dos nomes difíceis de se conseguir conversar na Prefeitura Municipal de Aracaju, mesmo que seja um jornalista em busca de notícias.

Por estranha coincidência, sempre que se telefona para a Secretaria de Serviços Urbanos, a procura do secretário Sadi Paulo, uma voz fominha responde que o secretário não se encontra acrescentando: "ele está em outras Secretarias tratando de assuntos diversos e não sabemos informar a hora que volta".

Mas, nos últimos dias da semana que passou até o dia de ontem, a voz feminina mudou o recado e agora res-

ponde: "ele está viajando". Só que, por coincidência, o dr. Sadi Paulo é sempre visto circulando na sede da Prefeitura Municipal de Aracaju, levando em mãos diversos processos da Secretaria que dirige. Pelo visto, o engenheiro Sadi Paulo deve instruir melhor as suas secretárias, para que a Secretaria de Serviços Urbanos não se torne esquecida.

POSSE

Hoje às 19 horas, na cidade de Nossa Senhora do Socorro, estará tomando posse a nova mesa diretora da Associação dos Municípios da Região da Barra do Cotiguiuba, que agora tem como presidente o prefeito de Socorro, Edson Luiz Campos da Silva. O ex-presidente Carlos Augusto Franco, receberá do novo presidente, uma placa parabenizando-o pelos bons serviços prestados à Associação no ano de 1989.



ACORDO

O acordo ou acordão, como gosta de chamar o governador Valadares, segundo os comentaristas políticos de Aracaju, já se encontra em fase bem adiantada e teria sido iniciado após duas conversas secretas que existiu entre o ex-ministro João Alves Filho e o senador Albano Pimentel do Prado Franco. A primeira conversa secreta teria acontecido em Brasília, quando João Alves estava às vésperas de deixar o Ministério e a segunda conversa teria sido em São Paulo, onde João Alves foi fazer um check-up médico.



COMO FICA

De acordo com as últimas notícias políticas, o acordo teria sido fechado da seguinte forma: Albano do Prado Franco seria o candidato ao Governo do Estado e o ex-ministro João Alves Filho candidato ao Senado Federal. O vice-governador seria o secretário de Desenvolvimento dos Municípios, Belivaldo Chagas e teria sido indicado pelo governador Antônio Carlos Valadares.

Neste acordo, teriam ainda os dois líderes, Albano Franco e João Alves Filho acertado que tudo fariam para que o partido aumentasse o número de deputados federais, e que tanto Albano quanto João Alves Filho, egresses no mínimo dois nomes, ligados a cada um dos líderes. Na Assembléia Legislativa, o sistema seria o mesmo.

CONSUMO

O Plano Brasil Novo, do presidente Collor, em Sergipe está criando o maior consumo já visto em aparelhos eletrodomésticos. A venda de aparelhos eletrodomésticos como TV, toca-fitas, rádios e radiolas está sendo em demasia: também está sendo muito procurada as máquinas de lavar roupa. Tudo isso em cruzeiros.

NINO PORTO (INTERINO)

Joelmir Beting
Publicação simultânea com a FOLHA DE SÃO PAULO

O CHOQUE JURÍDICO

Para fazer a omelete do ajuste econômico é preciso quebrar dos impedimentos constitucionais. Eis a justificativa palaciana do choque. Um choque ainda hoje mal costurado e mal divulgado. Naturalmente de ser ou não ser um plano bem concebido. Na Folha, por exemplo, a Polícia Federal rasgou a cartilha do Banco Central.

Na Constituição, o primeiro artigo ferido é o 5º: o da proibição do trimônio privado. O artigo 148 é o mais discutido: o da proibição de préstimo compulsório disfarçado de retenção restituível de alíquota de 10%. Com sobras para o artigo 150: o que impede o confisco para cruzado mercado.

Na lateral, o artigo 103: o executivo não pode inibir sentenças judiciais.

O MAIS VIOLADO

O artigo menos lembrado é justamente o mais violado: o 170 ele estabelece, com todas as letras, que o Governo não pode, em nenhuma hipótese, tumultuar ou desorganizar o funcionamento da economia...

Ao pé da letra, o artigo 170 não deixa o Governo fazer política econômica de intervenção: é proibido dar choque, lançar pacote ou editar plano. Absurdo? Que se remende a Constituição.

DIREITO E ECONOMIA

Congressistas, juristas e economistas vão discutir a inconstitucionalidade do choque econômico segunda-feira, dia 2, na Federação do Comércio de São Paulo. Um seminário de 8 horas sobre direito e economia deve passar o choque a limpo.

Economistas: Carlos Alberto Longo, Roberto Macedo, José Pastore e Celso Luiz Martone. Juristas: Celso Bastos, Geraldo Vidigal, Manoel Gonçalves Ferreira Filho, Hamilton Dias de Souza e Ives Gandra da Silva Martins. Congressistas: Francisco Dornelles, Roberto Campos e Delfim Netto.

CONCORDATA

No bloqueio sumário da liquidez financeira das pessoas e das empresas, o Governo apela para a concordata não declarada e ganha 30 meses de prazo para aliviar o serviço da dívida interna em cruzeiros. A lógica do plano exigiria a

SECOS & MOLHADOS

1. Bancos privados decidiram romper o estado de choque: vão agredir o mercado com apelos publicitários. Tipo: poupar ainda é a opção.

2. A publicidade dos bancos deve informar: a melhor proteção do seu dinheiro está na abertura de uma caderneta em cruzeiro.

3. Outro apelo dos bancos: haverá melhor negócio do que o over sem limite para girar o capital de giro? A inflação não vai zerar.

4. Ano passado, os bancos ampliaram suas verbas publicitárias em 56%, acima da inflação. Foi o ano de ouro da ciranda financeira.

5. Quando todos queriam aplicar, os bancos faziam propaganda maciça. A função da propaganda, agora, é decisiva: reconquistar o aplicador.

6. O mercado imobiliário foi o

decretação paralela da dívida externa em dólares. Os credores internacionais podem fazer. Os credores internos ainda não foram testados.

ALCOOL SOB MEDIDA. Usineiros de São Paulo queilizam 4,5 milhões de toneladas de álcool em abril. Fundo da crise de oferta do produto. Para um consumo nacional de 650 milhões de litros em abril, a oferta será de 600 milhões.

Haverá, sim, em pontos isolados, hiatos de distribuição de dois ou três dias. Não há risco de sistema.

SAFRA VEM CELO

Contribuição do mês de abril: 150 milhões de litros de álcool importado, ainda outros 150 milhões. Estoques no das usinas e da Petrobrás em milhões de litros. O estoque da reidratação do anidro e a de gasolina no álcool.

Faltam 50 milhões de litros de álcool. Nenhum problema: o corte da nova safra acaba de ser adaptado para 15 de abril.

REFLEXÃO DO DIA
"Sou louco por mudanças radicais e doído por resultados".
De Ibrahim Eris, presidente do Banco Central.

segundo setor da economia em expansão do investimento em segunda: aumento de 50% em

7. O quadro pós-choque deve mudar: aplicações bancárias e ofertas imobiliárias vão fazer "front" da publicidade.

7. O quadro pós-choque deve mudar: aplicações bancárias e ofertas imobiliárias vão fazer "front" da publicidade.

8. Seis milhões de linhas estão na fila do telefone. O dor do sistema é estar nos fones ou nas bañetas, o suficiente em racionamento.

9. O comércio lojista deu sinal verde das fábricas para uma verdadeira maré de ofertas e ofertas especiais.

10. Da indústria espera a reposição dos produtos com faturamento de 80 milhões. Um dribble na falta de

Novos equipamentos de vídeo da JVC



COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE SERGIPE

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 02/90

A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE SERGIPE - COHAB/SE, comunica aos Interessados que, às 8:30 horas do dia 27 de abril de 1990, fará realizar a CONCORRÊNCIA em epígrafe, objetivando as obras do passeio da Avenida Beira Mar, localizada entre a ponte Godofredo Diniz que dá acesso ao Shopping e ao Parque dos Cajueiros, na cidade de Aracaju, neste Estado.

O EDITAL COMPLETO E DEMAIS INFORMAÇÕES, PODERÃO SER OBTIDOS NA DIRETORIA TÉCNICA, NO HORÁRIO COMERCIAL DA COHAB/SE, SITUADA A AVENIDA ADÉLIA FRANCO Nº 3035, NESTA CIDADE.

Aracaju, 23 de março de 1990.
ANTONIO CARLOS DOS SANTOS
Presidente da Comissão de Licitação em exercício



GOVERNO DE SERGIPE

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL - DEPAM

AVISO

EDITAL Nº.53/90/SES

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL - DEPAM, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar no dia 16 de abril, às 8:30 horas, no Edif. 08 de Julho à Rua Vila Cristina S/N, nesta capital, a abertura da TOMADA DE PREÇOS Nº 053/90 para aquisição de MAT. MEDICO destinados a SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, no horário das 07:00 às 13:00 horas, onde serão fornecidas informações complementares.

Aviso de igual teor foi publicado no Diário Oficial do Estado de Sergipe de 27.03.90.

Aracaju, (SE) 22 de março de 1.990.

Raimundo Oliveira Santos.
PRESIDENTE



SORVETES BEIJO-FRIO
SEU PONTO DE ENCONTRO

AV. BARÃO DE MARUM
(Entre o GALETUS e a LOJA RADIANTE)

PSICANÁLISE
DEBORAH PIMENTEL
Membro do Circulo Brasileiro de Psicanálise

FILIADA À INTERNATIONAL FEDERATION
OF PSYCHOANALYTIC SOCIETIES

MEMBRO DA INTERNATIONALE FÖDERATION
DER ARBEITSKREISE FÜR
TIFENPSYCHOLOGIE

E INTERNATIONALE
GESELLSCHAFT FÜR
AERZTLICHE
PSYCHOTHERAPIE

Centro Medico Odbntologico Tobias Barreto Pç.
T. Barreto s 1212 Tel. 222-1948 Aracaju Sergipe

CONTATO OFICINA MECÂNICA
(NOVA DIREÇÃO)

Nelson Santos Oliveira
Nelson Amâncio de Oliveira
(RESPONSÁVEIS)

Serviços de:
Pintura e Lançamento
em geral

Rua Muribeca, 594
Fone: 222-5830
B. Industrial/Aju-Se.

A Tecnovídeo Comércio e Representações, representante exclusiva da Victor Company of Japan, Limited (JVC), pretende revolucionar o mercado de equipamentos de vídeo profissional lançando a **Série 11 Super VHS**, uma linha de produtos com qualidade superior e custos inferiores aos convencionalmente utilizados em emissoras de TV produtoras de vídeo e empresas. Com este lançamento, a Tecnovídeo espera que a JVC, dona hoje de 10% do mercado, chegue aos 20% de participação até o final de 1990.

O lançamento da **Série 11** é simultânea no mundo todo. Isso significa que o Brasil está incorporando inovações tecnológicas de última linha num mercado que, estimado em US\$ 30 milhões, em 1989, deve saltar para US\$ 45 milhões em 1990, com a implementação das emissoras de TV comunitárias e dos novos canais de UHF.

A JVC começou a ganhar uma expressão maior neste segmento em 1988, ao lançar no mercado mundial a **Série 10** - sua primeira linha de equipamentos profissionais **Super VHS**. Com a chegada da **Série 11**, a Tecnovídeo também busca a sua atualização mercadológica: ela está aplicando US\$ 300 mil na instalação de um show-room de equipamentos profissionais que reproduz uma pequena emissora de TV.

Para atender à clientela da JVC de forma diferenciada, a Tecnovídeo presta serviços complementares ao ato de importação, adequando da melhor forma as necessidades do comprador com o uso otimizado de **Super VHS** profissional.

Os atrativos da Série 11

Os equipamentos da **Série 11** possibilitam facilidades operacionais, recursos técnicos e melhor definição de imagens, o que lhe confere um nível de qualidade não disponível em outras linhas **Super VHS**.

A **Série 11** é constituída por um gravador/reprodutor/editor de alta performance (BR-S 811 U), um gravador/reprodutor com máquina alimentadora (BR-S 611 U), um gravador/reprodutor do tipo acoplável (BR-S 411 U) e um corretor de base de tempo (TBC) com redutor de ruídos e função de frame synchronizer (SA-T 441 E).

Incorporando novidades tecnológicas na área de processamento do sinal eletrônico e no campo mecânico, o que resulta num grande aperfeiçoamento da qualidade final do sinal de vídeo, **Série 11** conta ainda com outras inovações como entradas e saídas de áudio balanceado e entrada de time code VITC.

O atrativo da **Série 11 Super VHS** sobre outros equipamentos compreende:

- resolução horizontal de 400 linhas, proporcionando maior nitidez de imagem que as 260 linhas do U-Matic;
- possibilidade de cópias até a quinta geração (b formato U-Matic aceita até a terceira geração);
- o tempo de duração de fita S-VHS é de até 120 minutos (a fita U-Matic grava até 60 minutos nas unidades editoras e apenas 20 minutos nas por-



táteis);

- a versão camcorder (câmera e gravador) do Super VHS, formando uma só peça, reduz o número de pessoas numa equipe de externa;
- o custo de uma liha de edição do formato S-VHS é inferior em 30% do valor de uma liha U-Matic.

O PIONEIRISMO

A Tecnovídeo Comércio e Representações, uma das seis empresas do Grupo Tecnovídeo, representa com exclusividade a Victor Company of Japan, Limited (JVC), no Brasil, na área de equipamentos de vídeo profissional.

A empresa, criada em 1987, procura fornecer a seus clientes - emissoras de TV, produtoras, empresas e instituições de ensino - um apoio total durante todo o processo de importação. Após a chegada do equipamento, ela atua na elaboração dos projetos e instala-

ção. A Tecnovídeo Comércio e Representações presta ainda um serviço completo de assistência técnica e garantia à linha JVC profissional.

Um dos pontos fortes dessa organização é a sua flexibilidade. Enquanto uma grande corporação pode levar meses para resolver uma negociação, a estrutura da Tecnovídeo - enxuta e ágil - dá soluções imediatas ao cliente. Essa característica da empresa aliada aos atrativos da Linha **Super VHS** profissional - perfeitamente adequada à nossa realidade em termos tecnológicos, operacionais e econômicos - levou o Brasil a ser o primeiro país a adotá-la em grande escala.

Entre os clientes da Tecnovídeo Comércio e Representações estão o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), a Polícia Militar do Estado de São Paulo, a TV Americana e a Sociedade Campo-Grandense de Rádio e Televisão.

O incentivo ao vídeo profissional promovido pela

Tecnovídeo ficou patente nos eventos em que ela patrocinou em 1989: o VII Festival Fotográfica/Videobrasil e o III Congresso Nacional sobre o Uso de Vídeo na Empresa.

A carência de mão-de-obra especializada no mercado profissional motivou a Tecnovídeo a investir nesse setor. Em janeiro de 1990 a empresa trouxe três engenheiros da JVC para ministrarem um curso técnico sobre a **Série 11** para técnicos de emissoras de TV. A Tecnovídeo também está presente fornecendo equipamentos e supervisão técnica para o curso "Técnicas e Práticas de Vídeo Profissional", promovido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).

A JVC

A JVC (Victor Company of Japan, Limited) é um conglomerado que reúne 28 fábricas e 130 filiais no mundo inteiro. Possui um

total de 19.560 funcionários e um capital estimado em US\$ 110,8 bilhões. Fundada em 1927, hoje a JVC fabrica equipamentos para os mercados de vídeo, áudio e informática - mas é da área de vídeo que advém mais da metade do volume total de vendas.

Pioneira na pesquisa de inovações em vídeo, a JVC foi responsável por três criações que revolucionaram o mercado. Em 1959, seus engenheiros desenvolveram o sistema de exploração helicoidal de duas cabeças, base de todos os sistemas modernos de gravação de vídeo. Em 1976 foi a vez de introduzir no mercado o formato de vídeo doméstico que se tornaria, anos depois, o mais popular do mundo - o VHS. O terceiro e mais recente avanço da JVC ocorreu em 1988, com a criação da linha **Super VHS** - que permite gravar e reproduzir também em VHS, proporcionando uma excelente qualidade de imagem. Desde 1959 a JVC tem

